

Petrolino

Ano VII | nº 68 | Abril/Maio 2019



ATO NACIONAL

Milhares de aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa participaram de ato em defesa da Petros e AMS

A mobilização aconteceu também no Rio de Janeiro, reunindo petroleiros de todo o país e em Sergipe



A rua em frente ao edifício Torre Pituba, sede da Petrobrás na Bahia, foi ocupada na manhã da quarta-feira, 24/04, por milhares de trabalhadores do Sistema Petrobrás - ativos, aposentados, pensionistas e terceirizados.

Com discursos e palavras de ordem, a categoria petroleira marcou posição firme em defesa do Fundo de Pensão Petros, da AMS (Assistência Médica Suplementar) e contra a privatização

da Petrobrás, da saída da estatal da Bahia e da retirada de direitos.

A categoria atendeu ao chamado do Sindipetro Bahia e de outras entidades representativas como ASTAPE, AMBEP, AEPET, ABRASPET e CEPE's, que fazem parte do Fórum em Defesa da Petrobrás na Bahia. A CUT Bahia também esteve presente.

Participação e unidade da categoria

O ato na Bahia, que durou cerca

de cinco horas, chamou a atenção pela unidade e disposição de luta da categoria. Além dos trabalhadores da ativa, lotados no EDIBA, participaram do ato, empregados de outras unidades da Petrobrás, a exemplo da RLAM, FAFEN e UO-BA. Muitos aposentados e pensionistas vieram de longe, de cidades como Alagoinhas, Mata de São João, Feira de Santana, Candeias, Serrinha, São Francisco do Conde, Madre de Deus, São Sebastião do

Passé e Catu, para participar da mobilização.

O ato teve uma grande repercussão na imprensa, com a cobertura de rádios, jornais, televisões e sites, o que, segundo a diretoria do Sindipetro é muito importante, pois é uma forma das entidades conseguirem dialogar também com a sociedade, mostrar o que está acontecendo com a Petrobrás e que pode afetar a vida de todos os cidadãos.

Entidades alertam para as armadilhas do PP3 e os prejuízos que os aposentados e pensionistas terão com o plano.

Descumprimento de decisões judiciais por parte da Petrobras e da Petros pode levar os PPSP's à falência.

EQUACIONAMENTO

Proposta do GT é a melhor alternativa e PP3 é armadilha

A melhor alternativa para solucionar os déficits dos Planos PETROS (repactuados e não repactuados) é a proposta alternativa do GT PETROS. Já o Plano Petros 3 (PP3) é uma arapuca que vai comprometer seriamente o futuro da categoria petroleira e contribuir para a privatização do Sistema Petrobrás. Assim conselheiros eleitos da Fundação e diretores da FUP e FNP definiram as duas propostas, ressaltando que o PP3 está sendo imposto pela estatal para todos os participantes e assistidos dos Planos Petros.

A discussão sobre o tema foi travada na manhã do sábado, 16/03, no CEPE 2004, em Salvador, pela FUP, FNP e conselheiros eleitos do fundo de pensão, que falaram para centenas de aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa. O evento foi organizado pela ASTAPE Bahia, com o apoio do Sindipetro Bahia. Estiveram presentes representantes da FENASPE, AMBEP, ABRASPET e CEPE's Salvador e 2004.



Perda de direitos

O Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin (PC) fez um comparativo entre o plano alternativo do GT Petros e o PP3, apontando armadilhas que a categoria pode cair a exemplo da redução gradativa e constante do benefício, afetando significativamente a receita futura do assistido e, após o seu falecimento, a renda da pensionista.

Enquanto que no atual plano, a renda é mantida, com reajuste anual. Para PC, a liminar que está garantindo o não pagamento do equacionamento pelo teto máximo não vai resolver o problema, “é preciso injetar dinheiro no plano, mas também não podemos pagar essa conta de forma a inviabilizar o orçamento das famílias, então, o PED alternativo é a melhor opção, pois garante o pagamento sem onerar demasiadamente os participantes e assistidos. Em relação

ao PED atual haverá uma redução de aproximadamente 50% no valor a pagar pelo equacionamento”, explica.

O outro Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, Epaminondas Souza, chamou a atenção para o que acontecerá com o pecúlio daqueles que, por ventura e apesar de todos os avisos contrários, mesmo assim resolverem aderir ao PP3. “Hoje no Plano PETROS (repactuados e não repactuados) o pecúlio representa nove salários brutos (PETROS + INSS) e será limitado ao teto máximo de 30 mil reais”.

O Secretário Geral da FNP, Adaedson Costa, afirmou que “ao migrar para o PP3, a categoria estará colaborando e participando da privatização da estatal, então, deve também começar a fazer as contas para pagar o custeio com a sua saúde, pois nenhuma empresa privada vai garantir a continuidade da AMS”.

CONGRESSO

Aposentados e pensionistas tiveram participação ativa no 8º Congresso d@s Petroleir@s da Bahia



O 8º Congresso d@s Petroleir@s da Bahia, que aconteceu nos dias 19 e 30 de março, em Salvador, foi encerrado na noite do sábado (30) com a aprovação de uma série de resoluções e compromissos firmados pela categoria. Entre as propostas aprovadas estão: lutar contra a Reforma

da Previdência do governo Bolsonaro; defender a proposta do GT Petros do PED alternativo dos Planos Petros (R e NR) e lutar contra o Plano Petros 3; lutar contra as Resoluções CGPAR 22, 23 e 25.

Leia mais em <https://bit.ly/2FRQdrQ>

Nota de falecimento

O Sindipetro lamenta o falecimento de Antônio Cardoso dos Reis. O companheiro, que faleceu no dia 02/03 e foi enterrado no Cemitério de Mata de São João, foi, durante muitos anos, delegado sindical do Sindipetro. Ele trabalhou na antiga RPBA, parti-

cipava ativamente das atividades sindicais, sempre contribuindo em prol da luta dos aposentados e pensionistas. Cardoso deixou filhos e netos. O Sindipetro se solidariza com a família do companheiro neste momento de dor.



REUNIÃO GT PETROS

Petrobrás e Petros descumprem decisões judiciais e podem levar o PPSP à insolvência



Na última reunião do Grupo de Trabalho que discute alternativas para o equacionamento dos déficits dos Planos Petros do Sistema Petrobrás - repactuados (PPSP-R) e não repactuados (PPSP-NR), os representantes das entidades sindicais (FUP, FNP e FNTTAA) tornaram a cobrar agilidade na implementação da proposta que as entidades representativas da categoria apresentaram no ano passado.

A proposta alternativa é a melhor solução para os déficits e os problemas estruturais dos PPSPs, mas os gestores da Petrobrás e da Petros continuam fazendo corpo mole, apostando no caos para tentar impor o PP-3 aos participantes e assistidos.

Na Reunião do GT, realizada no dia 19 de março, o representante da Petrobrás alegou, inclusive, que os planos PPSP-R e PPSP-NR podem chegar à insolvência, em função das liminares obtidas pelos Sindicatos dos petroleiros

contra o desconto abusivo do equacionamento imposto pela empresa.

Segundo a empresa, do total de 55.923 participantes e assistidos que deveriam estar pagando o plano de equacionamento (PED), 40.929 foram beneficiados pelas liminares. Isso representaria R\$ 830 milhões que não teriam sido recolhidos, somente da parte dos participantes e assistidos.

No entanto, apesar das decisões judiciais serem específicas para os participantes e assistidos, a Petrobrás e demais patrocinadoras também não estão recolhendo sua parte para o PED.

Ou seja, a empresa está, propositalmente, colocando os PPSPs em risco de insolvência.

Os representantes das entidades sindicais deixaram claro que, se isso acontecer, a responsabilidade é exclusiva dos gestores da Petros e da Petrobrás, que impuseram aos participantes e

assistidos um plano de equacionamento absurdo, sem qualquer negociação, e ainda estão agindo de forma ilegal ao não recolherem para os planos a parte do déficit que compete às patrocinadoras, além de estarem descumprindo decisões judiciais.

“A diretoria da Petros não está cumprindo as liminares da forma que foi estabelecido pela Justiça. Há várias decisões de que o pagamento do déficit deve ser pelo valor mínimo. Outras liminares garantiram o recolhimento de metade do valor atual do PED. Mas, a Petros não está cobrando esses valores, nem a Petrobrás e demais patrocinadoras estão pagando a parte delas”, explica Paulo César Martin, diretor da FUP e conselheiro eleito da Petros.

“Como as liminares são provisórias, a Petros deveria estar contabilizando no PED, as parcelas das patrocinadoras, já que as decisões judiciais não abrangem as empresas. O que a Petros está fa-

zendo é totalmente inadequado, pois coloca os planos em risco de insolvência e cria, artificialmente, as condições para o uma intervenção da Previc”, alerta.

Enquanto isso o GT Petros prossegue nos seus trabalhos, principalmente, agora, depois que a Petros, no último dia 15 de abril, apresentou os estudos e pareceres para que sejam feitos os ajustes e a calibragem necessários nos cálculos atuariais da proposta alternativa de equacionamento.

Os representantes das entidades estão trabalhando no GT “para que a proposta seja encaminhada, o mais rápido possível, para os órgãos de fiscalização da Petros e Petrobrás (PREVIC E SEST) e, posteriormente, oferecida para a adesão de todos os participantes e assistidos do PPSP-R e PPSP-NR”, informa Paulo César.

Fonte - Com informações da FUP e Sindipetro Bahia

SEMINÁRIO

Aposentados e pensionistas da Bahia aprovam propostas para manutenção dos direitos, garantia da Petros e AMS



Uma carta com propostas concretas para garantir a manutenção dos direitos dos aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás foi construída e aprovada por unanimidade durante seminário que reuniu em Salvador, no dia 29/03, no Portobello Ondina Praia Hotel, 165 representantes desse segmento.

A carta com as resoluções

foi remetida ao 8º Congresso d@s Petroleir@s da Bahia, onde foi aprovada.

Entre os presentes foi consenso que independentemente dos rumos da Petrobrás, a luta contra a privatização da estatal continua sendo prioridade. Mas caso a empresa – que já anunciou a venda de unidades e fechamento de fábricas na Bahia - realmente

saia do estado, a ideia é buscar formas de garantir que a Petrobrás mantenha uma estrutura para atender aos mais de 20 mil aposentados e pensionistas da Bahia em questões fundamentais como a AMS e Petros.

Ficou decidido também que a FUP e os seus sindicatos filiados darão continuidade à luta pela garantia da AMS no Acordo Coletivo de

Trabalho, mas construindo sempre outras alternativas que garantam a continuidade desse benefício. Em relação à Petros foi consenso que o melhor caminho é a proposta do GT da Petros, que garante o equacionamento com o menor ônus possível para os participantes e assistidos.

A Carta dos Aposentados e Pensionistas também cita os ataques do governo Bolsonaro ao movimento sindical e o comprometimento desse segmento em buscar uma forma alternativa de contribuição, caso as mensalidades sindicais sejam suspensas ou atacadas.

O documento elaborado durante o evento será enviado ao Governo Federal, à FUP, as centrais sindicais e a todos os sindicatos, ressaltando as consequências da privatização da Petrobras para os petroleiros e a sociedade brasileira.

Para ler a carta acesse <https://bit.ly/2X3VHpt>

Caravana da informação terá início após conclusão dos trabalhos do GT Petros

Informamos a todos os associados que, mais uma vez, não foi possível realizar a Caravana da Informação, conforme havíamos publicado no último Petrolino (nº 67). Isso porque estamos

aguardando a conclusão dos trabalhos do GT Petros para podermos apresentar a proposta final do plano de equacionamento alternativo, que irá substituir o atual PED dos PPSP's (repectuados e não

repectuados) e afastar, definitivamente, o risco da implementação do PP3 para os aposentados e pensionistas.

Nossa expectativa é que até a segunda quinzena de maio, poderemos, finalmen-

te, retomar a Caravana nas cidades que não foram visitadas, a exemplo de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Entre Rios e Serrinha.